

Tratado De Licitações E Contratos Administrativos PDF

ANA LUIZA JACOBY FERNANDES



Mais livros gratuitos no Boobook



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Detalhes do Produto

Apresentamos o Tomo I da coleção "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LLCA", que explora a interpretação dos autores sobre os artigos 1º a 52 da Lei nº 14.133, sancionada em 1º de abril de 2021. Esses artigos estão encerrados no Título I e parcialmente no Título II da referida lei.

Título I:

Neste título, a lei aborda, por meio de capítulos específicos, as disposições iniciais, a abrangência de sua aplicação, os princípios fundamentais, as definições essenciais e o papel dos agentes públicos envolvidos.

Título II:

No que se refere ao Título II, este tomo se concentra na análise dos capítulos I e II, que tratam da licitação. O Capítulo I delinea o processo licitatório, abrangendo os objetivos das licitações, regras gerais relevantes, a natureza jurídica dos atos, restrições à participação no processo de licitação e no cumprimento dos contratos, além de definir as distintas fases do processo.

Já o Capítulo II aborda a fase preparatória, dividindo-se em seções autônomas que discutem a Instrução do Processo Licitatório, as Modalidades de Licitação e os Critérios de Julgamento. As subseções especializam a fase

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

de planejamento em várias Disposições Setoriais, que abordam compradas, obras e serviços de engenharia, serviços em geral e locação de imóveis. Essa estruturação oferece uma nova perspectiva sobre o planejamento.

Os comentários que abrangem os Capítulos III a VII do Título II, que focam na divulgação do edital, na apresentação de propostas e lances, no julgamento, na habilitação e no encerramento da licitação (artigos 53 ao 71), serão apresentados no Volume II, que será lançado em breve.

Contratação Direta:

O Capítulo VIII do Título II versa sobre a "Contratação Direta Sem Licitação" e foi publicado na obra com o mesmo título em 2021, demonstrando o empenho dos autores, que a resultou em vendas expressivas, com quase todas as edições já comercializadas.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mi

Visões dos melhores livros do mundo

amento
pos

Os 7 Hábitos das
Pessoas Altamente
Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5
da Manhã



Como Fazer Amigos
e Influenciar
Pessoas



Com
Não

Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Tratado De Licitações E Contratos Administrativos

Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Tratado De Licitações E Contratos Administrativos**

O livro "TRATADO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS" de Ana Luiza Jacoby Fernandes é essencial para profissionais e estudantes da área de Direito Administrativo, como advogados, servidores públicos e gestores de compras, que buscam aprofundar seus conhecimentos sobre a legislação e os procedimentos licitatórios no Brasil. Além disso, é uma leitura recomendada para empresários e empreendedores que desejam compreender como funcionam as contratações com o poder público, garantindo que suas propostas atendam às exigências legais. O conteúdo aborda aspectos práticos e teóricos das licitações e contratos administrativos, tornando-se uma fonte valiosa para quem atua ou se interessa pela administração pública.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Tratado De Licitações E Contratos Administrativos em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Introdução às Licitações	Aborda a importância das licitações no setor público, destacando sua finalidade de garantir transparência, competição e isonomia.
2	Princípios das Licitações	Discute os princípios que regem as licitações, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
3	Modalidades de Licitação	Explica as diferentes modalidades de licitação, como concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, e suas aplicações.
4	Fases da Licitação	Descreve as etapas do processo licitatório, incluindo planejamento, divulgação, habilitação, proposta, julgamento, homologação e adjudicação.
5	Contratos Administrativos	Analisa a formação, execução e extinção dos contratos administrativos, abordando cláusulas, alterações e penalidades.
6	Fiscalização e Gestão de Contratos	Trata da importância da fiscalização na execução dos contratos, as funções do gestor e os mecanismos de controle.
7	Sanções e Recursos	Explora as sanções aplicáveis em caso de irregularidades e os recursos que empresas

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Capítulo	Tema	Resumo
	Administrativos	podem utilizar para contestar decisões.
8	Inovações e Desafios	Reflete sobre as novas demandas e desafios nas licitações e contratos, como a digitalização, sustentabilidade e a Lei Geral de Proteção de Dados.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Tratado De Licitações E Contratos Administrativos Lista de capítulos resumidos

1. Introdução ao Sistema de Licitações e Contratos Administrativos no Brasil
2. Princípios Fundamentais que Regem as Licitações Públicas
3. As Modalidades de Licitações e Suas Características Distintivas
4. A Elaboração e a Análise dos Editais de Licitação
5. Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos
6. Considerações Finais sobre a Evolução das Licitações e Contratos

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Introdução ao Sistema de Licitações e Contratos Administrativos no Brasil

O sistema de licitações e contratos administrativos no Brasil é uma estrutura jurídica e administrativa essencial para a promoção da transparência, eficiência e integridade na gestão dos recursos públicos. Este sistema é regido por diferentes normas e princípios que visam garantir que a contratação de bens, serviços e obras pelo Estado ocorra de maneira justa e equitativa, assegurando a competitividade e a economicidade. As licitações são processos formais que têm como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, permitindo que o Estado contrate com o maior número possível de fornecedores qualificados, promovendo assim um ambiente de competitividade e inovação.

Historicamente, a obrigatoriedade das licitações e contratos administrativos no Brasil surgiu com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o artigo 37, inciso XXI, como um marco regulatório fundamental. Esse dispositivo constitucional mostra o comprometimento do Estado com a publicidade, moralidade e eficiência nas contratações públicas. Em resposta a essa diretriz, a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) foi promulgada, introduzindo normas claras e abrangentes sobre como devem ser realizadas as licitações e a subsequente execução dos contratos administrativos, criando um conjunto de regras que visam prevenir fraudes e garantir a igualdade de condições entre os concorrentes.



A implementação desse sistema visa não apenas a escolha do contratante, mas também o zelo pelo interesse público, refletindo a necessidade de que os recursos financeiros do Estado sejam utilizados da melhor forma possível. A princípio, qualquer contratação deve seguir princípios basilares como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que orientam a atuação dos gestores públicos e asseguram a proteção dos direitos dos cidadãos. Esse arcabouço jurídico estabelece um padrão rigoroso de legitimidade e eficiência, promovendo uma cultura de responsabilidade na administração pública.

Além disso, o sistema de licitações e contratos é um mecanismo que se adapta às particularidades de cada ente federativo, já que as leis locais podem criar normas complementares. Essa flexibilidade é importante para atender às necessidades específicas dos municípios, estados e União, ao mesmo tempo em que os princípios constitucionais devem ser sempre respeitados.

A evolução das normas licitatórias reflete as mudanças sociais, as demandas do mercado e as novas tecnologias disponíveis. Várias alterações e atualizações têm sido realizadas ao longo dos anos, incluindo a implementação do Pregão, que visa simplificar e acelerar as contratações, assim como a recente inclusão de dispositivos relacionados à transparência e



ao combate à corrupção.

Esses elementos tornam evidente a relevância do sistema de licitações e contratos administrativos, não apenas como um procedimento administrativo, mas como um espaço em que princípios éticos e a eficiência administrativa se entrelaçam para promover o bom uso do dinheiro público.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. Princípios Fundamentais que Regem as Licitações Públicas

Os princípios fundamentais que regem as licitações públicas no Brasil são norteadores essenciais que garantem a integridade e a eficiência do processo licitatório. Esses princípios estão claramente delineados na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) e na nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), criando um arcabouço jurídico que busca, de forma sistemática, assegurar a isonomia, a transparência, a legalidade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Um dos princípios mais relevantes é o da **isonomia**, que assegura tratamento igualitário a todos os participantes do certame licitatório. Isso significa que todos os licitantes devem ter as mesmas condições de participação, evitando discriminações que possam favorecer ou prejudicar qualquer concorrente. Haverá, portanto, o comprometimento da competitividade, se a isonomia não for respeitada, o que poderia resultar em ofertas desvantajosas para a Administração.

A **transparência** é outro princípio fundamental, vital para promover a confiança entre o Estado e a sociedade. Esse princípio garante que todos os atos relacionados à licitação sejam públicos, permitindo ao cidadão o acesso à informação sobre os processos, decisões e contratos. A publicação de editais, resultados de propostas e julgamentos em meios de comunicação



amplamente acessíveis assegura que todos acompanhem as etapas do processo licitatório, fomentando uma cultura de accountability.

A **legalidade** é o princípio que assegura que todas as etapas do processo licitatório estejam em conformidade com as normas vigentes. A Administração Pública deve sempre atuar dentro dos limites legais, respeitando a legislação em vigor para garantir a legitimidade dos atos administrativos. Isso não apenas protege os interesses públicos, mas também serve para resguardar os direitos dos licitantes.

Completa-se a tríade com o princípio da **vantajosidade**, que determina que o resultado da licitação deve trazer o maior benefício para a Administração Pública. Este princípio é crucial, pois orienta a seleção da proposta mais econômica ou que atenda da melhor forma aos interesses públicos, não se limitando a questões de preço, mas considerando também a qualidade e outros elementos que possam impactar a execução do contrato.

Além desses, deve-se considerar o princípio da **moralidade** que requer que todas as ações da Administração Pública sejam pautadas pela ética e pelo respeito à confiança pública. O respeito à moralidade garante que a escolha do contratado esteja livre de corrupções e práticas antiéticas.

Por último, o princípio da **segurança jurídica** é fundamental para



conferir estabilidade e previsibilidade às relações contratuais. Este princípio é crucial tanto para a Administração quanto para os licitantes, garantindo que os contratos gerados a partir das licitações tenham validade e possam ser fiscalizados e cumpridos de maneira adequada.

Essa combinação de princípios fundamentais torna o processo licitatório mais justo e eficiente, criando um ambiente propício para a competição saudável e o uso responsável dos recursos públicos, assegurando assim que as aquisições feitas pela Administração atendam, de maneira eficaz, às necessidades da coletividade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. As Modalidades de Licitações e Suas Características Distintivas

No contexto das licitações públicas, é fundamental compreender as diversas modalidades que possuem características distintas, adequando-se a situações específicas e garantido a transparência e a competitividade no processo de contratação. O ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) e a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), estabelece as modalidades de licitação, que podem ser classificadas em Concorrência, Pregão, Tomada de Preços, Convite e Concurso, cada uma delas com particularidades que atendem a diferentes necessidades da Administração Pública.

A modalidade da Concorrência é uma das mais comuns e é utilizada para contratações de maior vulto. Nela, qualquer interessado que atenda às condições estabelecidas no edital pode participar, sendo exigido para tanto, o cumprimento de requisitos e habilitações específicas. Essa modalidade destaca-se pela sua ampla concorrência, o que potencialmente se traduz em melhor proposta e vantagem para a Administração Pública, além de ser adequada para contratos de grande valor.

O Pregão, por sua vez, é uma modalidade que se popularizou na administração pública pela sua agilidade e simplicidade para a aquisição de bens e serviços comuns. Nesta modalidade, o foco é a proposta de preços, e



a fase de habilitação ocorre apenas após a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração. O Pregão pode ser realizado de forma presencial ou eletrônica, permitindo uma rápida viabilização da aquisição, favorecendo assim o interesse público.

A Tomada de Preços é uma modalidade que, embora mais restrita, permite uma participação relativamente maior em relação ao Convite. Nesta, os licitantes devem estar previamente cadastrados ou apresentar documentação que comprove sua habilitação até 24 horas antes da abertura das propostas. A Tomada de Preços é utilizada para contratação de obras e serviços de médio valor e garante maior controle por parte da Administração Pública, mantendo a competitividade.

O Convite destaca-se por ser a modalidade mais informal e destinada a contratações de menor valor. Nela, a Administração Pública convida diretamente, no mínimo, três interessados com habilitação adequada. Essa modalidade é indicada para contratações de pequeno valor, garantindo um processo mais célere e menos burocrático, mas que pode limitar a concorrência se não for aplicada criteriosamente.

Por fim, o Concurso é a modalidade destinada à seleção de trabalho técnico, científico ou artístico, onde os participantes apresentam suas propostas em forma de trabalhos. O Concurso é adequado para contratações que exigem



maior criatividade e inovação, sendo importante para a Administração Pública ao buscar soluções que se alinhem às suas necessidades sociais e culturais.

Essas modalidades de licitação são fundamentais para garantir a flexibilidade e eficiência nas contratações públicas, respeitando sempre os princípios que regem a administração pública, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A escolha da modalidade correta é crucial para o êxito do processo licitatório, visando não apenas a obtenção de vantagens econômicas, mas também a realização do interesse público.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. A Elaboração e a Análise dos Editais de Licitação

A elaboração e a análise dos editais de licitação são etapas cruciais do processo licitatório, pois são nelas que se definem as regras que orientarão a competição entre os participantes e garantirão a transparência e a isonomia esperadas nas contratações públicas. Os editais são considerados o "coração" da licitação, uma vez que traduzem os objetivos da Administração Pública, estipulando as condições, os prazos e as exigências para a apresentação das propostas.

O edital deve ser elaborado com atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando que todos os potenciais licitantes tenham a mesma chance de competir de forma justa. A Administração Pública precisa ser clara e precisa ao redigir o documento, evitando ambiguidades que possam favorecer ou prejudicar certos concorrentes. Um edital redigido de maneira inadequada pode levar a contestações, atrasos e até anulações do processo licitatório, resultando em prejuízo não apenas para a Administração, mas também para a sociedade que depende dos serviços ou bens a serem contratados.

A estrutura do edital deve conter elementos essenciais, como o objeto da licitação — que elucida o que se deseja adquirir ou contratar —, os critérios de habilitação, que estabelecem as condições que os licitantes devem



atender, e as condições de pagamento. Além disso, é imprescindível que o edital indique os prazos para a apresentação das propostas e os locais de entrega, bem como as penalizações por descumprimento das normas estabelecidas.

Durante a análise do edital, é fundamental garantir que todos os requisitos técnicos e legais sejam atendidos, evitando cláusulas que possam restringir a competitividade ou criar barreiras excessivas à participação de licitantes. A análise crítica do edital deve também considerar a adequação do objeto ao interesse público, verificando se ele atende às necessidades da Administração sem onerar demasiadamente o erário.

Outro ponto relevante na elaboração e análise do edital refere-se à possibilidade de revisão do documento em função da jurisprudência e da prática administrativa vigente. Alterações na normatização, decisões judiciais ou até mesmo a experiência acumulada em licitações anteriores podem demandar ajustes que melhorem a clareza e a eficiência do processo licitatório.

Dessa maneira, a elaboração e análise criteriosa dos editais são não apenas obrigações da Administração Pública, mas também medidas que fortalecem a integridade do sistema licitatório como um todo. Ao possibilitar um ambiente de licitação mais transparente e acessível, é possível incentivar a



concorrência e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e em benefício da sociedade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos

No contexto das licitações e contratos administrativos, a gestão e fiscalização destes instrumentos desempenham um papel crucial, uma vez que garantem a execução eficiente e eficaz das obrigações contratuais, assegurando a regularidade e a conformidade das atividades decorrentes dos contratos firmados pela Administração Pública.

A gestão dos contratos administrativos abrange um conjunto de ações que visam o acompanhamento sistemático da execução do contrato, sendo responsabilidade do gestor do contrato, que deve ser designado de maneira expressa no edital de licitação ou no próprio contrato. Esse gestor, geralmente um servidor público, tem como atribuição primordial o zelo pela boa execução do contrato, devendo atuar de forma proativa para assegurar que o contratado cumprirá as cláusulas ajustadas no prazo e nas condições pactuadas.

Além disso, a gestão efetiva envolve a verificação da regularidade fiscal e trabalhista do contratado, assim como o acompanhamento da qualidade do objeto contratado, que pode incluir serviços, obras ou fornecimento de bens. A eficiência na gestão dos contratos administrativos não apenas promove a boa aplicação dos recursos públicos, mas também previne fraudes e irregularidades, fortalecendo a integridade da administração pública.



Por sua vez, a fiscalização dos contratos administrativos é igualmente vital para o controle da execução da obra, serviço ou fornecimento. Essa fiscalização pode ser realizada tanto pela Administração contratante, através de seus gestores, quanto por órgãos de controle interno e externo. A legislação brasileira, especialmente a Lei de Licitações e Contratos, prevê que a fiscalização deve ser constante e abrangente, devendo observar a execução física e financeira do contrato, garantindo a observância das normas legais e contratuais.

A fiscalização requer a elaboração de relatórios periódicos que documentem as avaliações feitas, identificando possíveis não conformidades e sugerindo correções quando necessário. A participação do pessoal técnico especializado é frequentemente recomendada, uma vez que a complexidade de alguns contratos pode exigir conhecimentos específicos para uma fiscalização eficiente.

Outro aspecto importante é o papel dos comitês de supervisão, cuja criação pode ser uma estratégia eficaz para a coordenação das atividades de gestão e fiscalização. Esses comitês, geralmente compostos por membros de diversas áreas da Administração, têm a função de garantir a transparência e o controle social sobre a execução dos contratos.



Por fim, a gestão e fiscalização dos contratos administrativos não devem ser vistas como um mero cumprimento de formalidades legais, mas sim como uma estratégia essencial para maximizar os resultados das ações governamentais. Investir em capacitação e sensibilização dos gestores e fiscais contratuais é imprescindível para a melhoria contínua na administração pública, promovendo, assim, uma tradição de excelência nos contratos administrativos.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Considerações Finais sobre a Evolução das Licitações e Contratos

As licitações e contratos administrativos no Brasil têm passado por um importante processo de evolução ao longo das últimas décadas, refletindo a necessidade de se adequar às demandas sociais, econômicas e políticas do país. Essa evolução é marcada por mudanças legais, paradigmas e práticas que têm buscado garantir maior transparência, eficiência e moralidade nas contratações públicas.

Historicamente, o sistema de licitações surgiu como uma resposta à necessidade de assegurar a lisura e a competitividade nas aquisições de bens e serviços pelo estado. Com o tempo, as legislações pertinentes foram sendo revisadas, culminando em significativamente na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) e na recente Lei nº 14.133/2021, que traz inovações e busca modernizar o sistema, adaptando-o às novas realidades tecnológicas e administrativas.

Essas mudanças legislativas refletem o entendimento de que os procedimentos licitatórios devem ser não apenas um cumprimento formal da lei, mas um instrumento que promova a eficiência na gestão pública e o uso responsável dos recursos públicos. A nova lei traz, por exemplo, a possibilidade de uso de meios digitais, simplificação de processos e maior flexibilidade nas modalidades de contrato, o que facilita e agiliza a



participação de um maior número de concorrentes.

Além disso, os princípios fundamentais que regem as licitações – como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – têm se consolidado como pilares irrenunciáveis, assegurando que as contratações públicas sejam realizadas com justiça e equidade. A ênfase na transparência e no controle social também tem sido um dos principais focos dessa evolução, por meio de mecanismos que permitem a fiscalização efetiva das licitações e contratos, que envolvem não apenas órgãos de controle, mas também a sociedade civil.

Na gestão e fiscalização dos contratos administrativos, a evolução trouxe uma maior ênfase na responsabilidade dos gestores, nas penalidades por descumprimento e na necessidade de cumprimento das normas ambientais e sociais, refletindo uma preocupação contemporânea com o desenvolvimento sustentável e o impacto social das obras e serviços contratados pelo poder público.

Por fim, as considerações sobre a evolução das licitações e contratos administrativos no Brasil nos levam a concluir que, enquanto o arcabouço legal avança, é imprescindível que as práticas e a cultura organizacional que permeiam a administração pública também evoluam. A modernização do sistema implica um comprometimento contínuo com a ética, a integridade e



a eficiência, desafiando servidores públicos e sociedade a constantemente buscar a excelência nas práticas de licitação e contratação. Dessa forma, as licitações e contratos administrativos poderão se consolidar não apenas como instrumentos burocráticos, mas como mecanismos efetivos de promoção do interesse público e desenvolvimento sustentável.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Tratado De Licitações E Contratos Administrativos

1. A licitação é um instrumento fundamental que assegura a transparência e a isonomia nas contratações da Administração Pública.
2. O Tratado de Licitações e Contratos Administrativos visa não apenas a regulamentação das compras públicas, mas também a promoção do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social.
3. O cumprimento das normas licitatórias é essencial para garantir a legalidade, moralidade e eficiência dos atos administrativos.
4. Os contratos administrativos devem ser elaborados com clareza e precisão, de modo a evitar conflitos e garantir a proteção dos interesses públicos.
5. A estrutura do processo licitatório deve ser sistemática e objetiva, buscando sempre a melhor proposta para a Administração, sem deixar de considerar o valor ético e social das contratações.





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar